



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

ÁREA TEMÁTICA: Sociologia da Educação [ST]

**A RESPONSABILIDADE SOCIAL O GRANDE DESÍGNIO DO ENSINO SUPERIOR
POLITÉCNICO PÚBLICO: A INQUIETUDE E AS CONTROVÉRSIAS DA SUA CONSTRUÇÃO
SOCIAL NO INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA.**

ROSÁRIO, Maria José do
Mestre em Sociologia
Instituto Politécnico de Beja
mrosario@ipbeja.pt

Resumo

A escolha da Responsabilidade Social (RS), como objecto de escrutínio e reflexão da investigação em curso, prende-se com a pertinência actual e os impactos que reveste a categoria conceptual para a compreensão de comportamentos colectivos, em contexto organizacional, face aos desafios sociais actuais. Procura-se, em particular, compreender como a RS se associa, na sua deslocação gradual para o sector público, à Educação Superior, sendo progressivamente incorporada, como categoria conceptual, nos normativos (numa translação do global ao local) que regem o funcionamento das instituições de ensino superior (IES) num movimento em que a controvérsia é inerente à própria percepção do significado da RS.

A mudança das normas e regras que se traduzem localmente em dispositivos de coordenação, não é neutra moral e politicamente, implica transições na organização da percepção dos actores perante o antes e os riscos do presente, numa elaboração em que a incerteza e a insegurança se reflectem nas dinâmicas e nos resultados das práticas desenvolvidas, nomeadamente no que à RS concerne. Pretende-se com o presente estudo compreender como no contexto de uma IES pública, que é o Instituto Politécnico de Beja, se elabora a construção social da RS a partir da percepção, mobilização e acção dos actores nos projectos em que se envolvem e nas redes de interacção social em que se situam.

Abstract

The choice of Social Responsibility as object of scrutiny and intellectual inquiry is grounded in the present relevance and impact of this conceptual category for the understanding of collective behavior, in organizational context, especially in face of the current social challenges. The aim of the article is thus to inquire and to understand how social responsibility is associated with Higher Education, especially in the context of its gradual movement into the public sector, being progressively incorporated, as conceptual category, in the norms (from the global to the local) which govern the work (and working) of higher education institutions, and the controversy inherent in the perception and meaning of social responsibility itself.

The change in norms and rules which translate locally in coordination strategies and policies is not morally and politically neutral; it implies transitions in the organization of actors 'perception of the past and of the present risks, in an elaboration where uncertainty and insecurity reflect upon the dynamics and results of undertaken practices, namely as far as social responsibility is concerned. The aim of the present study is, therefore, to understand how in the context of a state/public Higher Education institution, as the Polytechnic Institute of Beja, the social construction of social responsibility is made/constructed, from the perception, mobilization and action of the projects' actors and of the their social interaction networks.

Palavras-chave: Responsabilidade Social, Educação Superior, Ensino Superior Politécnico Público.

Keywords: Social Responsibility, Higher Education, Public Polytechnic Higher Education.

Preliminares Introdutórios

Verifica-se, na contemporaneidade o que parece ser um ‘imperativo’ narrativo baseado na responsabilidade social (RS) que serve de justificação à acção singular e colectiva independente dos fins que persegue o que indica não só as controvérsias da sua polissemia e da sua aplicação na acção concreta, mas implica a percepção de uma adormecida consciência colectiva sobre a importância do seu sentido para o viver em comum. A paradoxal erosão e, simultânea, hiperbolização do seu significado remetem para a necessidade da sua actualização numa construção permanente que decorre do fluir de dinâmicas sociais cada vez mais globalizadas e conectadas. Estamos perante uma categoria conceptual intimamente associada à pragmática da construção social e aos seus fundamentos éticos e morais, ou seja à consciência política e crítica inerentes a práticas de cidadania singulares, colectivas e corporativas de que a RS parece descolar como algo que lhe é alheio, mas que estrutura e enquadra, daí a redescoberta que a RS e o seu estudo possibilitam em que mais do que escrutinar em torno de uma ética da responsabilidade, interessa provar a responsabilidade ética da acção colectiva.

Responsabilidade Social = Responsabilidade (“Respondere+spondere = responder por, responder a + garantir, prometer”) + Social (“Socius+ālis = associado, companheiro, aliado, alguém que segue um outro.”) – expressão compósita, que funciona como constelação semântica, polissémica, que alguns autores consideram um oxímoro, cuja etimologia contém em si a ideia de proto-acção e abre um leque de hipóteses a seguir, desde a que se repercute na pessoa de responder perante si própria, numa autogestão axiológica sincrética que sintetiza uma história singular indiciadora de uma genealogia social, à resposta perante um outro juridicamente imputada e à responsabilidade socialmente ‘conscientizada’ que pugna pelos valores e princípios fundamentais comuns, garantes das sociedades democráticas.

1. Das Evidências à Ciência

A génese da RS está relacionada com a tomada de consciência ao nível empresarial privado, desencadeada, por vezes, por pressão da opinião pública, para o desenvolvimento de práticas responsáveis a nível ambiental, económico e social no âmbito de um compromisso ético a estabelecer com a sociedade visando maiores impactos na melhoria da qualidade do mundo em comum. O reconhecimento contemporâneo da sua importância percorre todo o espectro organizacional do sector público ao privado e ao 3º sector.

A visibilidade deste fenómeno tem sido amplamente enfatizada por organizações internacionais e aparece expressa nos seus sítios da Web salientando a pertinência da RS, sobretudo, quando se tratam de organizações de influência global, que a colocam como prioridade na sua agenda. Destacam-se, neste âmbito, a União Europeia com a apresentação do Livro Verde, no início do século XXI, sobre a RS das empresas que a concebe como um compromisso voluntário para além de qualquer obrigação legal; o Banco Mundial, em 2002, com a criação do programa *Corporate Responsibility* a enfatizar a dimensão de *Social Responsibility* abrangendo 187 países membros e, mais recentemente, a própria Organização Internacional para a Padronização (ISO criada em 1947, na Suíça, que congrega as instituições de normalização e de padronização de 170 países, em Portugal representada pelo Instituto Português de Qualidade) que apresentou recentemente a norma ISO 26000:2010, *Guidance on Social Responsibility*, que considera a RS como a resultante de decisões e acções das organizações com impactos sociais e ambientais e que consensualiza para todo o tipo de organizações *privadas e públicas*, a implementação de boas práticas de responsabilidade social, no mundo. A própria igreja, na encíclica ‘*Caritas in veritate*’ de Bento XVI-2009, refere-se circunstanciadamente à RS. Ainda de referir a sua repercussão em movimentos internacionais, em prol de uma justiça social e do bem comum, que procuram denunciar práticas em que a RS não concretiza os objectivos que expressa como as *Conferências e Cimeiras sobre o Ambiente- Copenhaga 2009* e a última *Cimeira da Terra 2012 -Rio+20*.

Também em Portugal na esteira das iniciativas enunciadas surgiu a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), o Instituto Português de Corporate Governance e a Associação Portuguesa para a Responsabilidade Social das Empresas (RSE Portugal) e mesmo a Lei Fundamental, Constituição da

República, foi revista nos artºs 66º e 81º passando a mencionar o desenvolvimento responsável como meta a atingir.

Tem-se vindo a assistir a uma progressiva deslocação do conceito, do campo empresarial corporativo e privado, para o campo organizacional no seu todo aparecendo a expressão RS plasmada na missão institucional, numa tradução que acompanha o alargamento do âmbito empírico de aplicação, e em que o seu significado também sofre deslocações relativamente ao sentido original. Neste movimento gradual para o sector público, assiste-se a uma situação de dependência dos Estados das convenções/orientações emanadas das organizações transnacionais, no que à RS concerne, numa forma que quase se pode considerar que ficam cativos das mesmas, e que emerge na legislação produzida para os vários sectores da sociedade e, em particular, para a Educação Pública nos seus vários níveis.

Da reflexão produzida sobre a RS decorre um discurso sobre as políticas, as práticas organizacionais e o tipo de racionalidade económica a adoptar que é particularmente pertinente quando o enfoque passa para as instituições de ensino superior (IES) públicas. E neste campo o olhar sobre a RS das IES não se pode restringir à sua adaptação às demandas e urgências do mundo económico, antes implica a assunção da capacidade de repensar os sentidos da ciência e da tecnologia, os âmbitos da investigação e da formação profissional ao serviço da sociedade, mas também repensar-se internamente e externamente. Internamente, no recurso a uma reflexividade crítica sobre a sua missão que envolva todos os actores internos que se vêem cada vez mais enredados em lógicas de actuação que se aproximam, num processo mimético, do mundo empresarial; externamente na inclusão do amplo leque de interlocutores com quem interage, com prioridade para os actores das comunidades locais no propósito de ir ao encontro das suas necessidades, alimentando desta forma interesses mútuos, muito embora no actual mundo globalizado, reticular e conexionista cada vez menos se coloque a vocação regional e local destas instituições em sentido restrito.

Disso é prova, no campo da Educação e do Ensino Superior públicos, a proliferação de publicações e estudos de organizações transnacionais cuja influência e poder no campo da Educação Superior se fazem sentir à escala mundial, mobilizando e potenciando o enfoque sobre a RS num processo de articulação desta com a avaliação da qualidade do Ensino Superior e das suas instituições. A título de exemplo referem-se os estudos da OCDE para a Educação 2009 e *Education at Glance 2012*, que apresenta os cenários e tendências para o ensino superior até 2030; o Conselho da Europa com a Recomendação (CM/ Rec (2012/7) relativa à responsabilidade dos poderes públicos respeitantes à liberdade universitária e à autonomia dos estabelecimentos de ensino; EUA com a Declaração de Praga de 2009 e a publicação *Trends 2010: A decade of change in European Higher Education*, que considera que os objectivos de coesão social e de qualidade institucional, tal como a concretização de respostas a necessidades sociais decorrentes das mudanças socioeconómicas serão conseguidos através do envolvimento de todos os actores com interesse no ensino superior, incluindo os estudantes, os funcionários e o estabelecimento de parcerias com instituições com perfis diferenciados. O actual plano de criação de rankings e de indicadores de desempenho para o Ensino Superior (denunciados pelos sociólogos alemães da GSA, como capitalismo académico) segundo a EUA, deve guiar-se pelos mesmos objectivos: compreensão crescente da diversidade mais do que a estandardização e a promoção de capacidades inovadoras mais do que a inibição da assunção do risco, numa equação que articula a construção da qualidade interna, da autonomia e da responsabilidade social. A RS também é incorporada pela GUNI (Global University Network for Innovation, 2009) e pela ENQA: *Standards and Guidelines for Quality Assurance (2009, 2012)*.

Salienta-se pela pronúncia sobre a RS, traduzida nos textos finais disponibilizados, a UNESCO e a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior realizada em 1998 e uma década depois em 2009, uma e outra em Paris. A análise do discurso produzido, na mobilização para e durante os eventos, mostra uma deslocação do seu sentido, entre 1998 e 2009, denotador das complexidades que rodeiam esta questão, a qual parece acompanhar o envolvimento de lógicas capitalistas de mercado a aplicar às políticas de Educação Superior públicas e ao funcionamento das respectivas IES. A análise dos documentos produzidos em 1989 e em 2009 revela controvérsias ao nível do significado atribuído à RS, no que ao papel do Estado se refere, mas também, sobre a visão da Educação Superior como bem público, mas não bem público social reflectindo as disputas entre uma visão da Educação Superior que, como direito social, deve ser providenciada pelo Estado,

que confronta a visão da Educação Superior como serviço comercial providenciada pelo mercado (remete-se apenas para os textos principais das Conferências).

Em Portugal a legislação produzida sobre o Ensino Superior sob a influência de algumas das organizações mencionadas, sobretudo durante o processo de implementação do que é conhecido publicamente como o Processo de Bolonha, reflecte a tendência acima referida, no que concerne à RS, com grande visibilidade no Regime Jurídico do Ensino Superior (Lei 62/2007 de 10/09) mais conhecido pela sigla RJIES, que no seu articulado faz perpassar transversalmente a responsabilidade social das organizações, mas lhe confere um tratamento particular na articulação que estabelece com a autonomia académica e a missão dos estabelecimentos de ensino superior e com o governo próprio e autonomia de gestão, mencionada no artigo 157º, em que explicita a *responsabilidade patrimonial e civil* das instituições de ensino superior.

Um escrutínio efectuado aos sítios da web dos vários Institutos Politécnicos (IP) públicos portugueses, incluindo o Ensino Politécnico da Universidade de Aveiro e do Algarve, revelou-nos, através da leitura *on-line* dos estatutos, que para a maioria a RS aparece mencionada na sua missão num discurso praticamente transcrito do articulado do RJIES. Distinguem-se por publicitarem *projectos* que constituem prática de RS o IPPorto com o IPPortoSolidário; o IPLeiria com o IPL60+ (Formação contínua ao longo da vida para pessoas com 60 e mais anos) e IPL(+Inclusão (Construção de uma sociedade mais inclusiva em articulação com a comunidade e as acessibilidades); o IPCoimbra com o projecto IPCSerVoluntário; o IPPortalegre apresenta a RS como técnica de gestão a seguir através da aplicação da norma NP 4469-1:2008 e um Código de Ética; e por último a UAlgarve apresenta uma Carta dos Direitos e Deveres da Comunidade Académica de 28/01/2013.

Também no Instituto Politécnico de Beja (IPBeja) nos estatutos (Despacho normativo 47/2008 de 2/09) alguma referência é feita à RS na definição da missão, também numa tradução muito próxima do articulado apresentado no RJIES, em que o local está ausente. O que possibilita a controvérsia aos níveis da interpretação, da acção e da mobilização para participação e intervenção social dos actores. Disso é prova um *projecto de acção*, contemplado no Plano de Desenvolvimento Estratégico 2010-2013, devidamente *contratualizado* com a presidência do instituto em Março de 2011, integrando o Eixo IV – Funcionamento do IPBeja como Comunidade Aberta, Solidária, Participativa e Coerente; Domínio 1 – Agilizar as Práticas de Partenariado, Promovendo a Participação Cívica, a Intervenção IV.2, com a designação *IPBeja.CASA* (Criação de Alternativas Sociais para o Alentejo) incluía as seguintes *intervenções*: Acção 1 – *Conviver, Inovar e (Re) Conhecer* visava promover a integração dos novos alunos; Acção 2 – *Ser Voluntário*; Acção 3 – *Retrato dos Estudantes do IPBeja*; Acção 4 – *Projecto Ludotek@*; e no Eixo II- Promover a Inovação em termos Científicos, Culturais e sociais a Acção 1 – *Espaços de Invenção, Tempos de Criação*, que visava a formação de Residências de Criação (vide apêndice). Vicissitudes várias, decorrentes de vários factores, obstaculizaram o funcionamento das equipas e inviabilizaram o programa possibilitando, apesar de tudo no período *contratualizado*, a sensibilização de colectivos sociais internos e externos para as áreas de intervenção planeadas.

Na sequência do escrutínio acerca do estado da arte sobre a RS e a Educação Superior Pública/RS e o Ensino Superior Público, a relação entre evidências empíricas e a análise científica revela um interesse crescente sobre este objecto de estudo que se traduz em encontros académicos e publicações, um pouco por todo o mundo, desvelando em simultâneo uma produção incipiente que parece, também, traduzir a complexidade e as controvérsias que se aliam a este campo de estudo.

O enquadramento da RS nas IES, expressa-se em procedimentos normativos de gestão, e em práticas partilhadas em eventos académicos internacionais (Ex a GUNI: Global University Network for Innovation, entre outras) e nacionais (Ex o ISCTE - Conferência Responsabilidade Social Universitária/Nov 2013); na criação de observatórios sobre a RS e a Educação pública, nomeadamente, no continente americano (Regional Observatory of Social Responsibility for Latin America and the Caribbean "ORSALC": IESALC-UNESCO, em Montréal). Esta dinâmica reflexiva em torno da RS e a Educação Pública têm produzido contributos para apreender e dimensionar a RS de que são exemplos as dimensões da GUNI: capacidade para difundir e pôr em prática os valores e princípios declarados **no plano pessoal**: dignidade da pessoa, liberdade, integridade; **no plano social**: bem comum e equidade social, desenvolvimento sustentável e meio

ambiente, sociabilidade e solidariedade para a convivência, aceitação e apreço à diversidade; cidadania, democracia e participação; e **no plano universitário**: compromisso com a verdade; excelência; interdependência e transdisciplinaridade, através de processos de gestão, docência, investigação e extensão. As dimensões ORSALC adoptadas pelo ISCTE (Associação Columbus): - Democracia e Transparência; - Equidade, Recursos Humanos e Clima Laboral; - Meio Ambiente e Campus Sustentável; - Educação Socialmente Responsável; - Gestão Social dos Conhecimentos; Integração Curricular da Extensão; - Desenvolvimento Local e Regional.

E na demanda sobre a RS alguns autores têm-se debruçado sobre a questão desenvolvendo análises que aplicam o constructo ao Ensino Superior Público, percorrendo toda a escala de escolas do pensamento nas ciências humanas e sociais desde as mais Funcionalistas às mais Críticas, em geral com enfoque sistémico, mesmo quando abordam os actores como *stakeholders*. Salientamos os estudos desenvolvidos, neste campo, por François Vallaey (2011,2012) e no contexto português sobretudo as reflexões produzidas por Boaventura Sousa Santos desde a década de 90 e também de Naomar Filho que expressam o isomorfismo das transformações do capitalismo e as transformações da IES públicas com a imbricação da RS como elo legitimador.

2. A Construção da Responsabilidade Social e o Ensino Superior Público

A mobilização para a escolha do tema foi sobretudo guiada pelas inquietações surgidas, ao tempo como agora, relativamente ao Ensino Superior em Portugal, que se encontrava sob uma forte reformulação na sua estrutura, forma e conteúdos com respostas imediatas a serem dadas pelas suas instituições, o que levantava interrogações que incidiam sobre a responsabilidade e o alcance social das decisões tomadas e a quem se poderiam solicitar a prestação de contas pelos resultados previstos e imprevistos nas novas dinâmicas sociais em construção. E nesta procura sobre quem se responsabiliza por, foi progredindo a percepção que outros questionamentos sobre a RS se tinham que colocar abrangendo todas as esferas do social, onde as decisões sobre a Educação Superior pública ocorrem, num efeito de ressonância que articula e afecta reciprocamente os níveis macro e micro desmontando-as, de forma a permitir desocultar as conexões e os ‘diferentes veículos que definem o social como associação’ (Latour, 2006, p 251).

A análise social empreendida a nível micro sobre a tecedura do social, quando enfoca as interpretações e justificações dos actores sociais, situados nas suas redes de interacções, revela um fluxo contínuo de conexões fortes e fracas que traduzem as dinâmicas sociais que enfrentam e, desta forma, desocultam através de processos reflexivos os dispositivos que estão na génese da configuração da acção. Isto implica uma abordagem atomística, no sentido de numa procura da origem da acção se elaborar uma análise em profundidade, mas não atomizada que parece, numa *quasi* analogia, aproximar-se da teoria quântica. É também nesta *quasi* analogia que faz sentido mencionar o ‘Princípio da Incerteza’ de Heisenberg, aplicado à mecânica quântica, que refere que não podemos conhecer em princípio o presente em todos os seus pormenores, e referir Wheeler que aponta o papel central da observação no conhecimento da realidade, i.e., o observador controla inteiramente se aquilo que é observado se torna um *ser*; numa tradução do carácter relativo da observação científica ao constatar que o observador afecta o observado, no campo das partículas, com transferibilidade pertinente para o campo do comportamento humano, em que o simétrico também se torna verdadeiro. Mas se o micro da Física é complexo, o micro do Social está muito aquém de ser desvendado, pois algumas das suas *partículas* como a ‘consciência’ pessoal e social, ‘espírito’ colectivo, ‘*philia*’..., entre outras, aparecem como constituintes radicais da vida social e estão longe de ser compreendidas e ainda menos explicadas de *per si*. É a própria realidade física e social, como se uma existisse sem a outra, a exigir um contínuo questionamento para ser explicada a partir de percepções que são construtoras e construídas por mundivisões que decorrem de modelos científicos e do quotidiano utilizados como referenciais para se compreender o mundo que nos rodeia, e onde o observador é criador e criatura quando formula a questão o que é a realidade? É também a consciência do efeito de mediação (Latour, idem) na construção da acção social que é exercido pela linguagem e a sua estrutura, expressa em diferentes suportes e tipos de discurso, a exigir por parte de quem se debruça sobre o social a sua incorporação numa grelha de análise em que a hermenêutica e a semiótica se devem abraçar, a fim de contribuírem para atenuar

a opacidade do social. Também Ricoeur (2013) refere a importância da linguística e da fenomenologia para o discurso da acção e para a rede conceptual da acção que permite desocultar o sentido não-humano da responsabilidade, através de atribuição de causalidade a acções e acontecimentos.

No enquadramento referido, face às indagações decorrentes da observação – participante no contexto profissional, o IPBeja, que pela sua natureza e pelas características dos colectivos de actores que o compõem pressupõe a existência, em comum, de uma percepção e uma gramática sobre a RS, senão de práticas sociais comuns que dela são expressão e que a ela conduzem e reforçam, segue-se Thévenot e Boltanski (1991) no entendimento dos usos que os actores fazem dos recursos gramaticais para em situações concretas construírem justificações que aos olhos de outros sejam legítimas. Uma consciência partilhada de RS é necessária ao regular funcionamento interno e às relações e interacções externas de uma IES pública, que elabora bens públicos socialmente, mais reconhecidos economicamente, do que o próprio reconhecimento que existe, actualmente, nas esferas sociais e políticas, nas várias escalas, sobre a educação superior como bem público em si, que se desenvolve num espaço que é, reconhecidamente, cada vez menos público pela restrição crescente da igualdade ao seu acesso.

No IPBeja, a RS apresenta conotações múltiplas porventura controversas, disputadas e ambíguas, particularmente, quando se indaga sobre quem responde por..., e pode implicar, em simultâneo, uma estruturação e agregação de ideologias, de interacções e práticas sociais que se tecem e/ou destecem numa complexidade dinâmica de tendência nodal, fluindo em agregados de redes de actores, com tipologias diversas, que se cruzam e por vezes se atropelam em disposições verticais e horizontais (formatos e arranjos colectivos a que não é indiferente as posições dos actores sociais) nas respostas às necessidades diferenciadas que as originaram; e pode emergir como elemento que, positiva e negativamente, projecta e publicita por si, a mobilização dos actores singulares e colectivos e os seus investimentos nas dinâmicas profissionais em que se envolvem, com reflexos no funcionamento como um todo da IES e da imagem que esta exterioriza.

A curiosidade sobre a RS no contexto do IPBeja, decorre da constatação de interpretações muito singularizadas da RS, reproduzidas em traduções individualizadas, mesmo quando esta se encontra objectivada em dispositivos regulamentares comuns como na definição da missão do IPBeja ou em instrumentos normativos internos. Interpretações que se revelam em diferentes tipos de associações e dão visibilidade aos dispositivos de coordenação nos diversos campos da realidade institucional. A requerer uma reflexão sobre a gramática da RS num percurso a ser trilhado no âmbito de dum quadro teórico da corrente pragmática construído a partir da convergência e confronto dos olhares de vários campos das ciências humanas e sociais. A exigir, nesse enfoque, sobre a forma como os actores sociais se posicionam sobre a RS, e se mobilizam relativamente a ela, uma clarificação que possibilite perceber se a RS funciona como ‘dispositivo’ orientador da acção e assim contribuir para desocultar os formatos da construção do social, a partir dos esforços desenvolvidos pelos actores para negociar sobre um sentido da realidade em torno das figuras do bem comum (Thévenot, 2005).

3. O Fluir entre os Campos da Teoria e Empírico

A construção teórica produzida sobre a RS é muito considerável e a reflexão elaborada é transversal a todos os campos das ciências incluindo o seu equacionamento epistemológico e a própria atitude a ter na produção científica. O avanço da ciência reforça a evidência que toda a acção humana, singular ou colectivamente considerada, está associada à responsabilidade e pode ser analisada de forma pragmática pela Filosofia Política e Moral num mundo imperfeito em que a incerteza e a insegurança enquadram as decisões; que se podem imputar responsabilidades, legitimadas ou não em relações de confiança, através de contratos sociais que o Direito nas suas várias especialidades procura comprovar; como forma de regulação social do progresso e da democracia é objecto da Ciência Política; analisada pela Economia como fazendo parte da esfera económica envolvendo as organizações, a empresa, o risco, o global e o indivíduo perdido ou não no turbilhão do mercado; como experiência de subjectivação pode ser analisada pela Moral e as suas normas; com a Ética e as linhas orientadoras baseadas em princípios de cariz teórico, a colaborar para se perceber como se podem repartir, escolher e justificar as responsabilidades. Tudo questões que interessam à

Sociologia e à Sociologia Pragmática que as escrutina e integra para sobre a RS continuar a indagar e através do seu acoplamento ao bem comum e à justiça social construir explicações sobre como se tece o social.

A sistematização teórica sobre a RS apresenta contornos diversificados, como já referido, e ela situa-se quanto ao predomínio da produção no campo da Economia, Gestão e Sociologia das Organizações com uma visão sobre o constructo a partir empresa ou da visão corporativa da organização. Exemplifica-se recorrendo a Garriga e Melé (2004) que efectuaram um levantamento sobre as teorias da Responsabilidade Social Corporativa e detectaram não apenas um volume considerável de construção teórica, mas também que a proliferação de abordagens denuncia a complexidade e a controvérsia em torno desta matéria, embora o seu contributo no sentido de clarificar e tornar comum a RS como categoria conceptual continue a ser escasso. Nesse sentido e estabeleceram para a sistematização que apresentam as seguintes dimensões: o *lucro*, o *desempenho político*, a *demanda social* e os *valores éticos* organizaram uma classificação das teorias e abordagens existentes sobre a RS Corporativa em quatro grupos (i) – *Teorias Instrumentais*, em que a corporação é apenas vista como um meio para criar riqueza; (ii) – *Teorias Políticas* que se preocupam com o poder das corporações e o uso desse poder na arena política; (iii) – *Teorias Integrativas* cujo foco na corporação reside nas respostas às demandas sociais; (iv) – *Teorias Éticas* baseadas na responsabilidade ética da corporação face à sociedade. Esta classificação que faz articular um grupo de teorias com uma das dimensões de análise é à partida denunciada por outros autores como reducionista e, para que isso seja ultrapassado, apontam para a necessidade de uma construção teórica que integre as quatro dimensões.

Outro âmbito de abordagem situado no campo da Filosofia Política e Moral conduz-nos a autores, que se debruçam sobre o conceito de *Responsabilidade*, como Aristóteles que na *Ética a Nicómaco* (2004) e na *Ética a Eudemo* (2007) reflecte sobre a Responsabilidade enquanto virtude e vício expressa em acções que são louvadas por uns e condenadas por outros respectivamente; a Ricoeur (s.d.) que no seu ensaio sobre o conceito de responsabilidade desloca a sua análise entre o conceito jurídico e o conceito moral de responsabilidade, entre a deriva inicial semântica de obrigação e os sentidos de imputabilidade, de solidariedade e de risco partilhado (Ricoeur, sd, p.61). Convocam-se também para concatenar os seus contributos Habermas, Kant, Arendt (2001) Hans Jonas, Levinas (2010) que inspirados em Aristóteles evoluíram nas suas análises e, por sua vez, inspiraram e mobilizaram controvérsias, cujo alcance pragmático gostaríamos de explorar em torno da RS, para equacionar e dilucidar o(s) significado(s) a focar na análise pragmática dos comportamentos desenvolvidos pelos actores, a que a RS é intersticial.

E, por fim, mas não por último, a Sociologia e a sua abordagem pragmática a debruçar-se sobre a RS, a partir de Weber (2005) com a distinção entre a Ética da Convicção e a Ética da Responsabilidade na sua análise sobre a génese do capitalismo; a Latour, Callon e Akrich (2006) com a Sociologia da Tradução e Latour (2006) com a Teoria dos Actores – Rede (TAR/ANT) a avançar para a análise micro dos processos de associação, de tradução e de mediação transformacional da acção pelos actores-rede; a Boltanski e Thévenot (1991), Thévenot (2006) e a Boltanski e Chiapello (1999) com o modelo teórico dos Regimes de Envolvimento e de Justificação da Acção que flui em Mundos Plurais, articulados a esferas de actividade onde os actores sociais invocam razões práticas para justificar as suas acções, construir compromissos e reclamar ‘princípios de justiça’, que se diferenciam segundo as situações, colocando a questão da pertença a um mundo comum regulado por princípios morais universais que é necessário explorar (Berthelot, 2008). Sobretudo, quando a incerteza e a insegurança se avolumam como sentimentos que parecem ir de encontro a racionalidades políticas que corroem o bem comum. É o próprio conceito do comum a ser questionado face a formas de marketing ideológico e sociopolítico globalizado que oscila entre lógicas de reconhecimento e emancipação do comum e lógicas do ressentimento e do recalcado face ao mal-estar societal. Neste fluir de tensões abre-se em interrogação ‘o modo de pensarmos o que hoje se passa com os colectivos humanos historicamente constituídos e com o nosso destino comum, com o destino do *comum*.’ (Silva, 2011, p14). O comum, por vir por reinventar, que sempre caracterizou a marcha da humanidade nos diferentes espaços e lugares onde a criação, o pensamento a discussão livre teve forma de partilha relacional que conduziu a construções como a república e a democracia a disputar em termos de exigência política, necessária ao ‘*comum* que é preciso *fazer existir*, i.e., *dar forma*.’ (Silva, idem, p.28).

A promessa de uma sociedade por cumprir-se ou de um comum em construção que é preciso formatar incessantemente, nos mundos plurais de coexistência, exige a convocação de princípios ontológicos de justiça que se tornam mais emergentes à medida que se toma consciência colectiva das crises que decorrem da crise económica, onde se revela com pertinência crescente a disputa pela justiça social ou por situações onde as questões justas devem ser apanágio, exigindo uma reflexividade que remete para o princípio de precaução, a fim de prevenir os seus efeitos perversos, objectivos e subjectivos, inibindo que estes se desmultipliquem e se revelem nas suas múltiplas formas, dentre elas a da indiferença face ao outro singular e colectivo, nomeadamente em contextos como os das IES.

Deve-se a U. Beck a expressão sociedade do risco e a visão crítica que lhe está associada procede na identificação de riscos específicos numa ligação à actividade económica, que se estendem aos restantes sectores por afectação. Do ponto de vista da análise pragmática estes permitem revelar os mecanismos sociais que emergem em momentos de crise num movimento em que se podem desocultar controvérsias, representações, convenções, itinerários sociais...que os actores assimilam, (re)constróem e mobilizam nas actividades que desenvolvem nas esferas sociais plurais. Como parecem ser as situações de agudização social que atravessam os vários sectores da sociedade que decorre da crise económica e parece servir o capitalismo mais radical e o seu espírito.

Boltanski e Chiapello (1999/2002), na senda de Weber e da sua obra, utilizam o constructo teórico ‘espírito do capitalismo’ como o referente e a ideologia central que explica as dinâmicas das mutações que o capitalismo sofre ao longo dos tempos, e as críticas a que o mesmo tem sido submetido, e que se articulam (espírito e crítica) como factores catalisadores da própria mudança. A investigação desenvolvida, pelos autores, contextualiza-se no período entre 1960 e 1990, levando-os a concluir que novos tipos de envolvimentos e compromissos surgiram na esfera económica, produzindo a emergência de organizações que se caracterizam pela flexibilidade, organização por projectos, trabalhos em rede, fluxos transversais de comunicação e de interacção. Em sequência elaboram os princípios de uma ordem de grandeza na ‘*cit*é’ do *projecto* onde as competências requisitadas aos actores sociais assentam numa racionalidade estratégica que pretende antecipar e prevenir vários tipos de riscos através de dispositivos vários, nomeadamente, de processos de responsabilidade social. Legitimam-se novos formatos do capitalismo, levando os diversos actores envolvidos a inserir-se em redes sociais que lhes permitam valorizar as suas capacidades e competências em novos investimentos de forma que, através de convenções como a autonomia e a qualidade, cada vez mais referidas nos discursos políticos sobre a educação superior pública, parecem conciliar novas formas relacionais entre pares e com o Estado. Também uma nova ideia de liberdade e de satisfação pessoal pela acção cumprida, que possibilita aos actores um sentido de realização e de projecção com sucesso no futuro, através dos acordos e compromissos que por via de múltiplas associações e envolvimentos contratualizam (Thévenot, 2006, pp.247,248).

Estas dinâmicas sociais traduzem tensões entre as grandezas em presença e dão expressão a uma gramática da responsabilidade colocada no centro de uma política de responsabilização que governa pela autonomia (Pattaroni apud Thévenot, 2006, p 251), e, em simultâneo, uma maior visibilidade a formas de precarização de vínculos sociais, e correspondentes vulnerabilidades velhas e emergentes que caracterizam a marcha da modernidade, e dão azo ao que Ricoeur (s.d.) designa como o ‘paradoxo da autonomia e da vulnerabilidade’, forjado do modelo político capitalista assente no primado da autonomia e do individualismo como valores.

Os autores mencionados constituem referências fundamentais para explorar a RS sob a perspectiva dos actores, mas a que se conectarão outros autores que se inserem no mesmo campo teórico, e que se irão cooptando, como Genard (1999) que em *La Grammaire de la Responsabilité*. elabora uma análise sobre a responsabilidade concluindo que, a dinâmica social actual, permite a expressão acentuada das modalidades subjectivantes que estruturam os argumentos morais que formalizam a responsabilidade.

O recurso a um modelo de análise que preconiza o social constituído por ‘agregados de colectivos’ resultantes de ‘formas de associação em disputa’ que permitem a descrição de ‘modos de existência’ a partir de um mundo plano/‘plat’ (Latour, idem, pp 241-251); a associar ao modelo de análise que parte de uma pluralidade de mundos e de regimes de acção para apreender os comportamentos mais simples, através das análises desenvolvidas por Boltanski e Thévenot (idem) e por Boltanski e Chiapello (idem), irá permitir

perceber como a RS é empreendida em lógicas múltiplas da acção social que flui do próximo para o público, cruzando mundos plurais partilhados e, dessa forma, é incorporada em regimes/modelos de acção passíveis de justificação pelos actores que se mobilizam no ambiente de trabalho de uma IES pública em múltiplos agenciamentos.

Face a um projecto utilitarista da Educação Superior Pública, cada vez mais aferido por coordenações mercantis enunciadas nas várias esferas em que se processa a decisão política, sobretudo no que respeita à coordenação dos actores, nas suas Redes de Associação (Latour, 2006), avolumou-se a inquietude (Thévenot, 1999) sobre o presente e o futuro do Ensino Superior Público, o que implicou o seu questionamento num contexto específico, o IPBeja, que articula localmente os pronunciamentos que neste âmbito e sobre a RS são elaborados a nível nacional e global.

Considerações Finais

Analisar a RS e a sua articulação com o Ensino Superior Público constitui um desafio interpelador e questionador, que decorre da relativa reflexividade elaborada sobre o conceito e sobre as práticas dos actores, pelos que sobre ela dissertam e decidem. Tal como se pôde comprovar através de entrevistas exploratórias aplicadas a porta-vozes que constituem lideranças de topo do IPBeja que permitiram, em simultâneo, perceber a inexistência de gramáticas comuns que estruturam semânticas discursivas dissonantes, senão alheias à importância de significados partilhados em torno da RS, entre as partes interessadas no instituto. Donde o reforço da exigência de se questionarem as representações sociais que se impõem como quadros de pensamento incontornável, seguindo Berthelot (2008), o que é particularmente relevante no que respeita à RS enquanto constructo que se revela *vital* para compreender os comportamentos colectivos seja qual for o contexto visado. Importa, também, perceber a ressonância da RS, quanto às orientações e efeitos nas práticas e dinâmicas locais mobilizadas, que poderá conduzir ao germinar políticas de dignificação da decência humana, Resende (2012, pp-154-156), e ao empreendimento de acções em prol duma humanidade comum, e essa é uma RS a que a Educação Superior Pública e as suas instituições de ensino não se podem eximir, pelo contrário, desse desígnio devem constituir-se guardiãs.

À medida que se avança no percurso investigativo ganha maior consistência a pertinência actual da RS e se comprova, no campo das Ciências Sociais, a sua plasticidade, enquanto categoria conceptual, que pode ser abordada no que à Educação Superior Pública concerne como: *Ideologia de Legitimação do Capitalismo; Prática Social; Instrumento de Gestão; Dispositivo de/para a Acção...*mas também se consolida como conceito matriz, axial para perceber a pessoa, o indivíduo socializado, conceito fundador na percepção da construção do *socius* que está na origem e matiza a qualidade da vida social, um conceito que é seminal da modernidade e da democracia. RS categoria conceptual, cujo étimo contém em si o ponto de partida e de chegada a declinar, a aplicar, a reconstruir, a denunciar e a reivindicar socialmente, a partir de e pelos actores sociais.

Bibliografia

- Akrich, M. & Callon, M.; Latour, B. (2002). "The Key to Success in Innovation: The art of Choosing Good Spokepersons". *International Journal of Innovation Management*, Vol.6, Nº 2, pp. 207-225.
- Arendt, H. (2001). *A Condição Humana*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Aristote (2004). *Éthique à Nicomaque*. Paris: Flammarion.
- Aristote (2007). *Éthique à Eudème*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin.
- Berthelot, J_M (2008). *L'emprise du vrai: Connaissance scientifique et modernité*. Paris: PUF.
- Boltanski, L. & Chiapello E.(2002). "The New Spirit of Capitalism" paper presented to the Conference of Europeanists, March, 2002, Chicago. Retrieved from <http://www.frontdeskapparatus.com/files/boltanskiNewSprit.pdf> at 20 January, 2012.
- Boltanski, L. & Thévenot, L. (1991). *De La Justification: Les économies de la grandeur*. Paris: Galimard.

- Garriga, E. & Melé, D. (2004) “Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory”. *Journal of Business Ethics*. 2004.53: 51-71.
- Genard, J_L (1999). *La grammaire de la responsabilité*. Paris: Les éditions du CERF.
- GUNI (2009). *Higher Education at a Time of Transformation: New Dynamics for Social Responsibility*. Hampshire: Palgrave Macmillan.
- IPB (2010). *Plano Estratégico do Instituto Politécnico de Beja 2010-2013: Estratégia e Plano de Acção*. Beja: IPB.
- Latour, B. (2006). *Changer de société, refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte.
- Levinas, E. (2010). *Ética e Infinito*. Lisboa: Edições 70.
- Resende, J. M (2012). “A escola como território de envolvimentos políticos: as gramáticas de Socialização Política nos encontros dos professores com os alunos” in Casa-Nova et al (org).(2012). *Cientistas Sociais e Responsabilidade Social no Mundo Actual*. V. N. Famalicão: Edições Húmus, Lda. pp 133-159.
- Ricoeur, P. (2013). *O Discurso da Acção*. Lisboa: Edições 70.
- Ricoeur, P. (s.d.). *O Justo e a Essência da Justiça*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Silva, R. (2011). “ Apresentação (elegia do comum) ” in Didi-Huberman, G & outros (2011). *A República por Vir: Arte, Política e Pensamento para o Século XXI*. Lisboa: FCG. p. 11-37.
- Thévenot, L. (2006). *L'action au pluriel*. Paris: Éditions la Découverte.
- Thévenot, L. (2009). “Governing Life by Standards: A View from Engagements”, in *Social Studies of Science*. Vol. 39, nº 5, p 793-813.
- UNESCO (1998). *Declaration Mondiale sur L'enseignement Supérieur: L' enseignement supérieur au XXIe siècle: Vision et actions*. Paris. http://www.unesco.org/education/educprog/wche/declaration_fre.htm
- UNESCO (2009). *Conférence mondiale sur l'enseignement supérieur 2009: La nouvelle dynamique de l'enseignement supérieur et de la recherche au service du progrès social et du développement*. URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001832/183277f.pdf>
- Vallaes F. (2011). *Les fondements éthiques de la Responsabilité Sociale*, Tesis de doctorado, Universidad de París Este: <http://blog.pucp.edu.pe/eticarsu>
- Weber, M. (2005). *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Barcarena: Editoria Presença.
- (Texto escrito com grafia anterior ao Acordo Ortográfico em vigor).